

O desenvolvimento dos municípios maranhenses do Território da Estrada de Ferro Carajás

The development of the maranhenses municipalities in the Territory of the Carajás Railway

Marília Fernanda Muniz dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Uelson Serra Garcia

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Lucílio Araújo Costa

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

GT 07 – Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: O desenvolvimento econômico no Maranhão foi marcado por investimentos em infraestrutura, especialmente com a implantação da Estrada de Ferro Carajás. Diante da sua importância este estudo analisa a dinâmica do desenvolvimento municipal nos 23 municípios maranhenses inseridos no território da EFC, no período de 2014 a 2024. Como metodologia foi utilizado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e uma revisão bibliográfica. Os resultados mostram que a maioria dos municípios apresenta níveis de desenvolvimento entre crítico e moderado, com avanços pontuais no índice e a permanência de desigualdades estruturais na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Agropecuária, Maranhão, Desigualdade

Abstract: Economic development in Maranhão was marked by investments in infrastructure, especially with the implementation of the Carajás Railway. Given its importance, this study analyzes the dynamics of municipal development in the 23 municipalities of Maranhão inserted into the territory of EFC, in the period from 2014 to 2024. As methodology was used the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) and a bibliographic review. The results show that most municipalities have levels of development between critical and moderate, with punctual improvements in the index and the persistence of structural inequalities in the region.

Keywords: Regional development, Agriculture, Maranhão, Inequality

1. Introdução

No Maranhão, grandes investimentos foram realizados para promover o desenvolvimento econômico na região do bioma Amazônia, destacando-se o Projeto Grande Carajás, principal investimento da década de 1980. O governo federal priorizou a construção de infraestrutura, como rodovias e ferrovias (Penha; Nogueira, 2015). Nesse contexto, a Estrada de Ferro Carajás (TEFC), na Amazônia Oriental, conecta a região produtora de minério no sudeste do Pará ao Porto de São Luís, produzindo poucos transbordamentos econômicos diretos no território (Santos et al., 2018).

O território influenciado pela TEFC abrange diversos municípios e comunidades, onde a agropecuária é uma importante atividade econômica. Contudo, a mineração exerce forte influência, contribuindo para o agravamento das desigualdades socioeconômicas (Penha; Nogueira, 2015). Além disso, a reprodução do capital ocorre em um contexto de baixos indicadores sociais. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar a dinâmica do

desenvolvimento municipal nos municípios maranhenses inseridos no Território da Estrada de Ferro Carajás (TEFC), no período de 2014 a 2024.

2. Revisão da Literatura

As desigualdades regionais no Brasil refletem a forma como o crescimento econômico se estruturou, resultando na concentração da riqueza, da produção e do poder econômico em determinadas áreas. Esse processo formou regiões mais dinâmicas, enquanto outras permaneceram à margem. Segundo Marques (2024), a metropolização intensifica essas diferenças ao concentrar capital e infraestrutura, dificultando a distribuição dos benefícios econômicos.

No Maranhão, essas contradições são evidentes, sobretudo em áreas com grandes projetos de infraestrutura. Conforme Cristo, Santos e Matlaba (2022), empreendimentos como a TEFC, apesar da importância logística, não geram melhorias proporcionais nas condições socioeconômicas. Assim, observa-se um desenvolvimento desigual, no qual o crescimento econômico não se traduz em bem-estar social.

3. Metodologia

O Território da Estrada de Ferro Carajás (TEFC) constitui a área de estudo desta pesquisa, abrangendo municípios dos estados do Pará e do Maranhão, com foco nos 23 municípios maranhenses. A pesquisa utilizou artigos da plataforma Periódicos CAPES para a revisão da literatura e dados de IFDM, Censo e população, disponíveis no FIRJAN e IBGE. Os dados foram organizados em planilhas no Microsoft Excel, permitindo sua ordenação, comparação e análise dos indicadores selecionados.

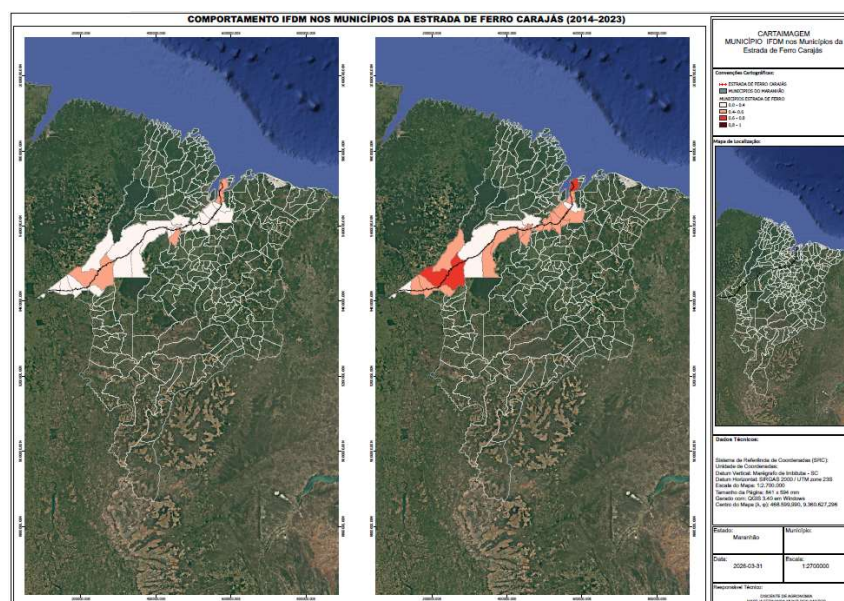
4. Resultados e/ou Análise de Resultados

Os resultados, com base no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), cuja escala varia de 0 a 1, foram analisados a partir de quatro faixas: desenvolvimento crítico (0,0-0,4), baixo (0,4-0,6), moderado (0,6-0,8) e alto (0,8-1,0). Embora o recorte temporal compreenda 2014 a 2024, a análise restringiu-se a 2023, devido à disponibilidade de dados. Verificou-se que a capital, líder do ranking estadual, evoluiu de desenvolvimento baixo para moderado. Além disso, doze municípios como Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Arari, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Igarapé do Meio, Itinga do Maranhão, Monção, Pindaré-Mirim, São Francisco do Brejão, Tufilândia e Vila Nova dos Martírios apresentaram melhora no ranking, embora permaneçam entre os níveis crítico e moderado. Em contrapartida, dez

municípios como Anajatuba, Bacabeira, Bom Jardim, Cidelândia, Itapecuru Mirim, Miranda do Norte, Santa Inês, Santa Rita, São Pedro da Água Branca e Vitória do Mearim registraram queda no ranking, apesar do aumento nos valores do índice.

Segundo Zonta (2014), os municípios de Arari e Vitória do Mearim destacaram-se no cenário estadual no período de 1975 a 2010 ao apresentarem os maiores níveis de produtividade agrícola, evidenciando seu papel relevante na produção regional, podendo influenciar na evolução do índice desses municípios que apresentaram de desenvolvimento baixo para moderado.

Figura 1. Classificação IFDM dos Municípios do TEFC dos anos de 2014 e 2023.



Fonte: Os autores (2026)

Quanto à população residente estimada, na comparação entre 2014 e o Censo de 2022, cinco municípios como Bacabeira, Igarapé do Meio, Santa Inês, Santa Rita e São Pedro da Água Branca apresentaram variação positiva, indicando maior crescimento populacional. Por outro lado, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim, Buriticupu, São Francisco do Brejão e Vila Nova dos Martírios apresentaram variação negativa, assim como a capital. Já entre 2014 e 2024, observou-se relativa estabilidade, com manutenção do padrão anterior, diferindo apenas a capital, que passou a apresentar variação positiva.

Tabela 1. Percentual de variação de população estimada residente e censo.

Municípios	População residente estimada 2014	Censo 2022	População residente estimada 2024	Variação do percentual de 2014 e 2022	Variação do percentual de 2014 e 2024
Açailândia	108765	106550	110506	-0,96	1,60
Alto Alegre do Pindaré	31271	25710	26411	-16,88	-15,54
Anajatuba	26618	25322	26221	-3,83	-1,49
Arari	29096	29472	30521	2,40	4,90

Bacabeira	16276	16966	17414	5,38	6,99
Bom Jardim	40405	33100	34035	-17,18	-15,77
Bom Jesus das Selvas	32133	28599	29588	-10,02	-7,92
Buriticupu	69548	55499	56896	-19,33	-18,19
Cidelândia	14238	12878	13152	-8,56	-7,63
Igarapé do Meio	13567	13974	14350	4,13	5,77
Itapecuru Mirim	65713	60440	62269	-7,02	-5,24
Itinga do Maranhão	25357	22513	22934	-10,24	-9,56
Miranda do Norte	26979	23864	24377	-10,58	-9,64
Monção	32516	27751	28606	-13,72	-12,02
Pindaré-Mirim	32037	31429	32521	-0,82	1,51
Santa Inês	82680	85014	88167	3,95	6,64
Santa Rita	35364	37035	38446	5,87	8,72
São Francisco do Brejão	11242	9051	9222	-18,61	-17,97
São Luís	1064197	103377	1088057	-1,42	2,24
São Pedro da Água Branca	12349	14338	14736	17,38	19,33
Tufilândia	5699	5507	5633	-2,31	-1,16
Vila Nova dos Martírios	12661	10362	10575	-17,26	-16,48
Vitória do Mearim	31923	30805	31851	-2,45	-0,23

Fonte: IBGE 2026

5. Considerações finais

A análise conjunta do IFDM e da variação populacional evidencia dinâmicas complementares do desenvolvimento municipal. O crescimento populacional não se refletiu, necessariamente, em melhorias socioeconômicas, uma vez que a maioria dos municípios permanece entre os níveis crítico e moderado. Da mesma forma, avanços no IFDM nem sempre foram acompanhados por aumento populacional. Esses resultados indicam que o crescimento demográfico, isoladamente, não garante desenvolvimento, reforçando a necessidade de políticas públicas que integrem expansão populacional e melhoria das condições de vida.

Referências

- CRISTO, L. A.; SANTOS, M. A.; MATLABA, V. J. Mudanças no uso do solo e condições socioeconômicas das comunidades ao longo da Estrada de Ferro Carajás na Amazônia Oriental. *Sustainability*, Basel, v. 14, n. 9, p. 5132, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14095132>.
- MARQUES, L. S. A questão regional brasileira como determinante para a compreensão do processo de metropolização no século XXI. *Geopauta*, [S. l.], v. 8, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/rg.v8.e2024.e13904>.
- PENHA, L. R.; NOGUEIRA, A. P. F. Os Impactos do Desenvolvimento na Área de Influência da Estrada de Ferro Carajás. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, p. 212–225, 2015.
- SANTOS, J. F.; MAIA, M. B.; MANESCHY, M. C.; MATLABA, V.; MOTA, J. A. Redes sociais ao longo da Estrada de Ferro Carajás na Amazônia Oriental. *Finisterra*, v. 53, n. 109, p. 149–166, 2018.
- ZONTA, J. B.; SILVA, F. B. Arroz no Maranhão: história e produção. 2014. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/997818>. Acesso em: 7 abr. 2026.